



DOI: <http://dx.doi.org/10.21270/archi.v7i0.3910>

COTAS: REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS CALOUROS DE ODONTOLOGIA DA FOA-UNESP 2018

VIOTTO, A. H. A. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"); ROSENO, A. C. B. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"); MELCHERT, F. S. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"); FERNANDES, F. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"); FERNANDES, J. W. G. (FAAP – Fundação Armando Álvares Penteado); SANTOS, L. F. G. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"); GARCIA, W. G. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho")

Tema: Ciências Básicas

A representação social é conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com a finalidade prática de construir realidade comum a um conjunto social. Com o objetivo de produzir material próprio e autoconhecimento, 95 calouros da FOA/UNESP 2018, sendo 68 mulheres e 27 homens, quando confrontados com a categoria "COTAS" evocaram 9 categorias assim distribuídas: HOMENS- Oportunidade (27), Universidade (26), Precariedade (22), Necessário (18), Inclusão (17), Incerteza (12), e MULHERES - Oportunidade (118), Acessível (79), Igualdade (58), Necessário (49), Preconceito (38). A análise utilizando a teoria de Moscovici revela que na representação social de "cotas" para os homens e mulheres prevalecem a oportunidade e a acessibilidade. Tal prevalectimento é condizente com a Lei nº 12.711/2012, sancionada em agosto de 2012, que a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência. Para os que se posicionam contra a reserva de vagas sociais, o que mais intriga é que a Lei de Cotas não foi sancionada como parte de um plano para melhorar a educação no país, o que a torna um "tapa buracos" da rede pública de ensino. Somente em junho de 2014 foi sancionado o Plano Nacional de Educação, que prevê 10% do total do Produto Interno Bruto (PIB) para Educação, entre outras metas a serem cumpridas até 2020. Há também quem defende as cotas sociais, por conta da desigualdade socioeconômica que há no país, mas são contra as cotas raciais, que poderiam aumentar e instigar o racismo. As cotas raciais sem critérios econômicos também podem beneficiar negros que estudaram em escola particular e possuem renda alta, perdendo assim o sentido da ação afirmativa.

Descritores: Ação Afirmativa; Direitos Culturais; Educação.